



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E EQUIPE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO - SP.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024

L D COMERCIO DE PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 52.306.879/0001-06, com sede na Rua Alberto Virgilio Cuter, nº 82, Conjunto Residencial Jatoba, Botucatu SP, CEP 18605-418, vem, com o devido acatamento à presença de Vossas Senhorias, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. DOS FATOS:

- Conforme se depreende da ata da sessão pública do pregão, a recorrida NONNE REPRESENTACOES E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA, foi habilitada para o item 01 do edital, cujo objeto é a Aquisição de 01 (um) Veículo Utilitário, Cabine Simples, Tipo Pick-Up, para Secretaria Municipal de Agropecuária, Obras e Meio Ambiente.
- Da análise da ata da sessão, verifica-se que a habilitação da recorrida ocorreu por meio da utilização do benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06, conforme imagem abaixo reproduzida:

Registros da sessão do lote			
29/10/2024 09:09:58	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA		
29/10/2024 09:11:16	LANCE	LD COMERCIO DE PEÇAS (PARTICIPANTE 778)	103.450,00
29/10/2024 09:12:40	LANCE	LD COMERCIO DE PEÇAS (PARTICIPANTE 778)	103.400,00
29/10/2024 09:13:48	LANCE	LD COMERCIO DE PEÇAS (PARTICIPANTE 778)	103.350,00
29/10/2024 09:15:10	LANCE	LD COMERCIO DE PEÇAS (PARTICIPANTE 778)	103.300,00
29/10/2024 09:15:23	LANCE	NONNE REPRESENTACOES E COMERCIO DE MATERIAIS (PARTICIPANTE 991)	104.000,00
29/10/2024 09:17:01	LANCE	LD COMERCIO DE PEÇAS (PARTICIPANTE 778)	103.250,00
29/10/2024 09:19:01	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	PARTICIPANTE 991 possui direito de desempate conforme Lei Complementar nº 123/2006.
29/10/2024 09:19:02	DESEMPATE		
29/10/2024 09:19:49	LANCE	NONNE REPRESENTACOES E COMERCIO DE MATERIAIS (PARTICIPANTE 991)	103.200,00
29/10/2024 09:24:02	NOTIFICAÇÃO	SISTEMA	O detentor da melhor oferta da etapa de lances é NONNE REPRESENTACOES E COMERCIO DE MATERIAIS
29/10/2024 09:24:02	HABILITAÇÃO		



3. Importa dizer que o art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 concede benefícios às empresas que, no ano-calendário, auferirem receita bruta inferior a R\$ 4.800.000,00, bem como que o seu § 1º do art. 3º considera como receita bruta o produto da venda de bens e serviços.

4. Entretanto, o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.133/21 conferiu interpretação diversa ao referido instituto, em licitações públicas, ao estabelecer que a simples celebração de contratos, independentemente da efetiva obtenção de receita, já constitui fundamento suficiente para o cômputo da receita bruta prevista na Lei Complementar nº 123/06. Em outras palavras, enquanto a Lei Complementar nº 123/06 exige a ocorrência do efetivo pagamento pelo produto ou serviço para a apuração da receita bruta, **o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.133/21 exige apenas a celebração de contratos, independentemente da percepção ou não de receita. Vejamos a redação do mencionado dispositivo:**

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

5. A redação cristalina do mencionado dispositivo não deixa margens para dúvidas quanto à sua interpretação: a simples celebração de contratos com a Administração Pública já constitui o fato gerador para o cômputo do faturamento bruto, para fins de usufruto do benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06, em licitações.

6. Nesse sentido, preleciona o professor Jacoby Fernandes, em sua obra "Tratado de Licitações e Contratos Administrativos", Tomo I, **Ed. 2024, p. 119:**

A lei pretendeu coibir a conduta de pequena ou microempresa recém-formada vencer licitações e obter várias contratações sem condições de executá-las, seja



por falta de experiência, seja por falta de recursos financeiros para suportar os cronogramas de pagamento. A preocupação foi impedir que pela perda da capacidade operativa a pequena e microempresas utilizasse dos benefícios da Lei Complementar 123 para firmar muitos contratos num só ano. Vários empresários desconhecem que podem perder benefícios do regime SIMPLES Nacional durante o ano-calendário.

Essa empresa que firma contratos no valor superior a R\$ 4.800.000,00, que é precisamente receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, já passaria de imediato, a não usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, nas licitações.

Como Observa Ronny Charles, há uma divergência entre a Lei Complementar nº 123 e esta lei. Isso porque a LC nº 123 se refere à faturamento, enquanto o §2º do art. 4º, da lei nº 14.133/21, se refere a valor dos contratos firmados. Na prática, portanto, a nova lei de licitações foi mais restritiva.

Desse contexto, tem-se dois pontos relevantes:

- a) Primeiro, a lei estabelece o critério de celebrar contratos acima de R\$4,8 milhões e não de ter faturamento superior a esse valor;**
- b) Segundo, que a ocorrência é imediata, o que exigirá maior controle e organização das empresas.**

Como o dispositivo agora estabelecido, a ME/EPP que estiver “crescido”, ou seja, já existir legítimas e razoáveis expectativas que a empresa se desenquadrará no próximo exercício fiscal, não poderá utilizar mais o benefício da Lei Complementar nº 123.

7. No mesmo sentido é como caminha a jurisprudência. Senão veja-se o julgado preferido pelo TJSP, nos autos do mandado de segurança nº 1000969-77.2024.8.26.0415, que analisou com precisão o tema



acima e concedeu a ordem para anular os atos que classificaram licitante que se utilizou do benefício em situação análogo a dos autos:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA de Palmital Foro de Palmital 2ª Vara Avenida Reginalda Leão, 1500, Palmital - SP - cep 19970-000 Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min [1000969-77.2024.8.26.0415](#) - lauda SENTENÇA Processo Digital nº: [1000969-77.2024.8.26.0415](#) Classe - Assunto Mandado de Segurança Cível - Licitações Impetrante: Mineração Água Vermelha Ltda. Impetrado: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAREMA e outros Tramitação prioritária Juiz (a) de Direito: Dr (a). Arnaldo Luiz Zasso Valderrama Vistos. Mineração Água Vermelha Eireli. impetrou mandado de segurança em face do Prefeito Municipal de Ibirarema, que teria beneficiado a empresa Pemaq Terraplanagem LTDA em licitação pública. Em síntese, alegou que participou do certame na modalidade Concorrência Pública 01/2024, o qual tinha por objetivo a contratação de serviços de recapeamento asfáltico. Sua proposta foi classificada, porém a Pemaq Terraplanagem LTDA, beneficiada por ser empresa de pequeno porte (LC nº [123/206](#)), foi a vencedora do certame pelo valor de R\$ 425.000,00. Sustenta que a empresa não faz jus ao benefício por ter firmado contrato com a prefeitura de Nossa Senhora das Graças-SP no valor de R\$ 4.911.191,10, extrapolando a receita bruta máxima para que seja classificada como de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da nova [lei de licitações](#). Mesmo após a denúncia da impetrante, o prefeito homologou o certame e adjudicou à Pemaq Terraplanagem LTDA. Pediu a tutela para desenquadrar da LC nº [123/206](#) a Pemaq Terraplanagem LTDA, a fim de que não participe do certame na condição de Empresa de Pequeno Porte, evitando que o benefício seja utilizado por quem detém poderes de competição em condições igualitárias e impedindo prejuízo à impetrante. Juntou documentos. A inicial foi emendada para inclusão no polo passivo da demanda da empresa Pemaq Terraplanagem LTDA (fls.127/128). A liminar foi deferida (fls.128/131). Notificada, a Autoridade Coatora, Prefeito José Benedito Camargo prestou informações. Em suma, alegou que é parte ilegítima; os atos que se postulam



anulação são de competência da Comissão Municipal de Licitações; é de sua competência apenas a abertura do certame, adjudicação e assinatura do contrato. No mérito, arguiu que a empresa Pemaq firmou declaração de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP, não era verificável, naquele momento, que havia firmado contrato cujo valor ultrapassaria o limite previsto no artigo 4º, da Lei nº 14.133/21; embora a nova [lei de licitações](#) fale em “celebração do contrato”, a Lei Complementar 123/2006 estabeleceu como critérios de enquadramento o auferimento de “receita bruta” máxima de R\$ 4.8000.000,00; há diferença pois nem sempre o contrato celebrado é garantia de auferimento da receita (fls.142/146). A empresa Pemaq também se manifestou. Em resumo, alegou que eventual exclusão de uma empresa do rol de ME ou EPP é feita pelo Fisco e não ocorreu; a impetrante presume a perda do status em razão de recebimentos futuros de valores; o artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei 14.133/2021 é inconstitucional, pois restringe benefício concedido a ME e EPPs, violando cláusula constitucional que prevê tratamento diferenciado para essas empresas, a fim de garantir o desenvolvimento macroeconômico; o efeito da nova norma é perpetuar o enquadramento das ME e EPPs; o critério de enquadramento por faturamento, deve levar em consideração o passado e não a visão prospectiva do futuro (fls.155/165). É o relatório. Fundamento e decido. O Prefeito Municipal é legitimado para responder como autoridade coatora, pois foi o responsável pela homologação do parecer da Comissão de Licitações, na Concorrência Pública nº 01/2024, convalidando os atos anteriormente praticados pela Comissão (fl.101). Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. A pretensão veiculada nesta ação é procedente. Trata-se de mandado de segurança no qual se discute a possibilidade de reconhecimento do direito de prioridade, como critério de desempate, em favor da empresa Pemaq Terraplanagem LTDA, por se tratar de Empresa de Pequeno Porte, nos termos previstos no artigo 44 da LC 123/2006. Alega a impetrante que a empresa não faz jus ao benefício, por ter firmado contrato com a prefeitura de Nossa Senhora das Graças-SP no valor de R\$ 4.911.191,10, extrapolando a receita bruta máxima para que seja classificada como de



pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º, da nova [Lei de Licitações](#). Apresentadas as informações pela Autoridade Coatora e pela empresa beneficiada, nada foi trazido aos autos que pudesse abalar o teor da decisão de fls.128/131, razão pela qual a tutela de urgência deve ser confirmada. Como já relatado naquela decisão, o edital do certame previu no item "2.12" o direito de prioridade para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte como critério de desempate, nos termos previstos no artigo 4 e artigo [60, § 2º](#), da Lei nº [14.133](#), de 1º de abril de 2021"(fl.34), tendo a empresa Pemaq Terraplanagem LTDA vencido o certame após rodada de lance na qualidade de microempresa (ME), nos termos da Lei Complementar nº [123/206](#) (fl.98). A Lei Complementar nº [123/06](#) estabelece uma preferência para o desempate nas licitações em favor das microempresas e empresas de pequeno porte:"Art. [44](#). Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. § 1o Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada. § 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço". A referida Lei fixou um requisito objetivo para o enquadramento como empresa de pequeno porte: o limite de faturamento de R\$ 4.800.000,00 (art. 3º, § 4º, III). Sobre o desenquadramento da empresa, o § 9º desse mesmo artigo estabeleceu que"A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9o-A, 10 e 12". **Entretanto, a Lei [14.133/21](#) estabeleceu em seu art. [4º](#) novos limites para o tratamento favorecido destinado às micro e pequenas empresas. O [§ 2º](#) do artigo [4º](#) desta nova [Lei de Licitações](#) afastou o art. [3º, § 9º](#), da LC [123/2006](#), ao determinar que"a obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que,**



no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação"(destaquei). No caso concreto o contrato acostado pela parte impetrante às fls.102/122 indica que a empresa Pemaq Terraplanagem LTDA foi contemplada em contrato de empreitada com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças-SP na data de 23/02/2024, no qual a empresa contratada assumiu a responsabilidade pela pavimentação asfáltica em via urbana com preço global da obra em R\$ 4.911,191,10, o que supera o limite de faturamento anual para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Dessa forma, não poderia a empresa ter novamente recebido o tratamento diferenciado de desempate destinado às empresas de pequeno porte. Ainda que o faturamento no ano anterior indicasse o enquadramento como EPP, o mero fato de ter celebrado contrato administrativo de valor que extrapola a receita bruta de R\$ 4,8 milhões já determina, por si só, o afastamento do benefício na licitação, por expressa previsão legal. Destaco que a alteração trazida pela nova [Lei de Licitações](#) não fala em recebimento da receita bruta, mas sim em celebração de contrato cuja receita bruta ultrapasse aquela máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Isso porque, ainda que a empresa não tenha recebido a contraprestação pela contratação realizada, é certo que com o cumprimento do contrato os valores integrarão o seu faturamento permitindo um maior crescimento da empresa. Não se trata de suposição de um faturamento incerto, como tentam aparentar os demandados, mas sim de uma receita futura já consolidada por contratação com o poder público que, salvo exceções contratualmente previstas, por certo irá integrar os ganhos da empresa. A proibição de sua participação em outros certames em razão de alcançar o limite estabelecido na lei, tem a finalidade de permitir que outras empresas igualmente pequenas tenham a chance de se beneficiar com a regra. Não vislumbro a aventada inconstitucionalidade do artigo [4º](#), [§§ 1º](#) e [2º](#) da Lei [14.133/21](#). Em primeiro



lugar porque não existem direitos absolutos e é legítimo ao legislador restringir determinado benefício. Em segundo lugar porque a Lei busca impedir que uma empresa seja beneficiada mais de uma vez pela regra, oportunizando que outras empresas igualmente pequenas possam também ser beneficiadas, atendendo efetivamente a cláusula constitucional de garantia do desenvolvimento macroeconômico, ao contrário de a violar. Ao contrário do que aponta a empresa Empaq, o efeito da nova norma não é perpetuar o enquadramento das MEs e EPPs, mas sim garantir que várias delas tenham oportunidade de crescer, ao impedir que apenas uma seja beneficiada com a regra. Dessa forma, sob todos os ângulos que se aprecie a questão conclui-se que a impetrante possui direito à concessão da segurança. Diante do exposto, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de para anular todas as fases do edital de concorrência pública nº 01/2024 do Município de Ibirarema, a partir da sessão de lances, e determinar que esta seja realizada novamente, sem que haja a concessão à empresa Pemaq dos benefícios destinados às empresas de pequeno porte, confirmando a liminar concedida. Notifique-se a autoridade coatora, com cópia desta decisão. Sem condenação em honorários advocatícios (Súmulas nº 105 do C. Superior Tribunal de Justiça e n.º 512 do E. Supremo Tribunal Federal). Custas na forma da lei. Decorrido o prazo recursal, remeta-se os autos à Instância Superior, para fins de reexame necessário (art. 14, § 1º, da Lei n.º 12.016/09). Publique-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Oportunamente, intime-se a parte impetrante para manifestar-se. Nada sendo requerido, archive-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Palmital, 23 de julho de 2024. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI [11.419/2006](#), CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

8. Diante do novo contexto estabelecido pela Lei nº 14.133/21, é imperioso expor que a recorrida já firmou contratos, no ano de 2024, no montante acima de R\$ 7.174.163,00 (sete milhões, cento e setenta e quatro mil, cento e sessenta e tres reais.), conforme se verifica no sítio eletrônico.

<https://pncp.gov.br/app/contratos?q=16527755000189&status=todos&pagina=1>

9. Diante desse cenário, resta claro e objetivo que a recorrida fez uso indevido do benefício de ME/EPP, impondo-se a sua desclassificação, sob pena de afronta ao princípio da legalidade.

10. Noutro norte, ainda que se argumente que o § 2º do art. 4º da Lei nº 13.133/21 é inconstitucional, tal interpretação depende de pronunciamento do Colendo Supremo Tribunal Federal, o que não ocorreu até o presente momento, estando o referido dispositivo plenamente vigente.

4 - DOS PEDIDOS:

Pelo exposto, requer-se que o presente recurso seja recebido, por ser tempestivo, e, no mérito, seja julgado procedente para inabilitar a recorrida em razão da indevida utilização do benefício concedido a microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) em licitações públicas.

Botucatu/SP, 31 de outubro de 2024.

L D COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

52.306.879/0001-06

Contrato nº 5/2024**Última Atualização: 25/10/2024****Id contrato PNCP:** 46377800000127-2-003390/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 274.500,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 25/10/2024**Órgão:** SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA **Local:** São José dos Campos/SP**Vigência:** de 30/08/2024 a 30/12/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP**Contrato nº 74/2024****Última Atualização: 16/10/2024****Id contrato PNCP:** 46373445000118-2-000080/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 333.990,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 16/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE TAMBAU **Local:** Tambaú/SP **Vigência:** de 03/10/2024 a 31/01/2025**Objeto:** CONSTITUIÇÃO DE CONTRATAÇÃO para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, para atendimento da COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE**Contrato nº 0052/2024****Última Atualização: 10/10/2024****Id contrato PNCP:** 43976166000150-2-000064/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 123.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 10/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE AMERICO BRASILIENSE **Local:** Américo Brasiliense/SP **Vigência:** de 02/10/2024 a 02/04/2025**Objeto:** Aquisição de veículo automotor (picape) para uso geral (visitas técnicas, visitas PCF, adesões para novas famílias inseridas etc.) do Departamento CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da Prefeitura Municipal de Américo Brasiliense.**Contrato nº 311/2024****Última Atualização: 09/10/2024****Id contrato PNCP:** 46634390000152-2-000556/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 138.066,66**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 09/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ITARARE **Local:** Itararé/SP **Vigência:** de 02/10/2024 a 02/01/2025**Objeto:** VEÍCULO NOVO ADAPTADO PARA VIATURA, PARA A FROTA DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL. VEÍCULO NOVO, TIPO HATCH, ANO MODELO: ÚLTIMO DISPONÍVEL NO MERCADO, FLEX 116CV Aut/Man 2024-0KM VIATURA-(GCM)**Empenho nº 9095****Última Atualização: 07/10/2024****Id contrato PNCP:** 45781184000102-2-000037/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 142.900,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 07/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE NOVA ODESSA **Local:** Nova Odessa/SP **Vigência:** de 02/10/2024 a 01/12/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO, FURGÃO REFRIGERADO E CAMINHONETE PARA UTILIZAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.**Contrato nº 0310/24/2024****Última Atualização: 04/10/2024****Id contrato PNCP:** 46634101000115-2-000191/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 403.389,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 04/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE BOTUCATU **Local:** Botucatu/SP **Vigência:** de 23/08/2024 a 20/11/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SUV GRANDE PARA VIATURA DA GCM**Contrato nº 0126/24/2024****Última Atualização: 04/10/2024****Id contrato PNCP:** 44446904000110-2-000034/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 118.390,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 04/10/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE PEREIRA BARRETO **Local:** Pereira Barreto/SP **Vigência:** de 23/09/2024 a 22/09/2025**Objeto:** Aquisição de 1(uma) viatura tipo automóvel Pick Up que será utilizada para serviços operacionais, apoios e administrativos para a Base do Corpo de Bombeiros de Pereira Barreto-SP, tendo em vista Emendas Impositivas com o objetivo alocar recursos financeiros para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Segurança, visando a garantir a aquisição de um veículo para o uso do Corpo de Bombeiros de Pereira Barreto no desenvolvimento de suas atribuições institucionais. Descrição: V ...**Empenho nº 2024NE000042****Última Atualização: 01/10/2024****Id contrato PNCP:** 46377800000127-2-002634/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 274.500,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 01/10/2024**Órgão:** SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA **Local:** São José dos Campos/SP**Vigência:** de 27/08/2024 a 25/12/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA TIPO PICK UP**Contrato nº 0205/24/2024****Última Atualização: 26/09/2024****Id contrato PNCP:** 45281144000100-2-000134/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 232.470,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 26/09/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPIRA **Local:** Itapira/SP **Vigência:** de 17/09/2024 a 16/09/2025**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VIATURA, TIPO MOTOCICLETA ON/OFF ROAD DESTINADAS PARA A GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ITAPIRA/SP**Contrato nº 209/2024****Última Atualização: 25/09/2024**

Id contrato PNCP: 46482865000132-2-000170/2024

Valor Global Contratado: R\$ 52.000,00

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 25/09/2024

Órgão: MUNICIPIO DE ILHABELA **Local:** Ilhabela/SP **Vigência:** de 11/09/2024 a 11/09/2025

Objeto: Aquisição de veículos automotores.

Contrato nº 0080/24/2024**Última Atualização: 16/09/2024****Id contrato PNCP:** 45755238000165-2-000042/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 168.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 16/09/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE MORUNGABA **Local:** Morungaba/SP **Vigência:** de 12/09/2024 a 12/03/2025**Objeto:** VEÍCULO REFRIGERADO EDUCAÇÃO**Contrato nº 0306/24/2024****Última Atualização: 11/09/2024****Id contrato PNCP:** 46195079000154-2-000041/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 292.900,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 11/09/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE JAHU **Local:** Jaú/SP **Vigência:** de 05/09/2024 a 05/09/2025**Objeto:** AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO PICAPE ZERO KM, COM FORNECIMENTO DE SEGURO**Contrato nº 53/2024****Última Atualização: 29/08/2024****Id contrato PNCP:** 45739083000173-2-001836/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 184.899,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 29/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL **Local:** Espírito Santo do Pinhal/SP**Vigência:** de 28/08/2024 a 27/08/2025**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMIONETE FIAT TORO ENDURANCE**Contrato nº 22/2024****Última Atualização: 28/08/2024****Id contrato PNCP:** 46523247000193-2-000014/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 435.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 28/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE DIADEMA **Local:** Diadema/SP **Vigência:** de 19/07/2024 a 16/11/2024**Objeto:** AQUISICAO DE VEICULO TIPO VAN**Contrato nº 0055/24/2024****Última Atualização: 13/08/2024****Id contrato PNCP:** 46634473000141-2-000024/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 119.699,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 13/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE PILAR DO SUL **Local:** Pilar do Sul/SP **Vigência:** de 12/08/2024 a 11/08/2025**Objeto:** DESTINADO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA ZERO QUILOMETRO**Contrato nº 57/2024****Última Atualização: 09/08/2024****Id contrato PNCP:** 45685872000179-2-000295/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 209.490,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 09/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE REGISTRO **Local:** Registro/SP **Vigência:** de 09/08/2024 a 09/12/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO HATCH OU SEDAN, AMBULÂNCIA TIPO "B", VEICULO TIPO PICK UP 2 PORTAS, VEICULO TIPO PICK UP 4 PORTAS, MOTOCICLETA, AMBULÂNCIA TIPO "A" E AMBULÂNCIA TIPO "A" PARA USO DA DIRETORIA GERAL DE SAÚDE EM ATENDIMENTO AS EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 01/2023, Nº 11/2023, Nº 16/2023, Nº 19/2023, Nº 20/2023, Nº 31/2023, Nº 43/2023, Nº 10/2024, Nº 36/2024, Nº 63/2024, Nº 76/2024**Contrato nº 36/2024****Última Atualização: 08/08/2024****Id contrato PNCP:** 45781184000102-2-000024/2024**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 08/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE NOVA ODESSA **Local:** Nova Odessa/SP **Vigência:** de 02/08/2024 a 01/08/2025**Objeto:** Visa a compra de 2 motocicletas adaptadas para o comando da Guarda Civil, as motocicletas irão compor a frota municipal e serão utilizadas para patrulhamento preventivo em todo o território municipal**Contrato nº 44/2024****Última Atualização: 02/08/2024****Id contrato PNCP:** 46523031000128-2-000061/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 368.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 02/08/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPEVI **Local:** Itapevi/SP **Vigência:** de 19/07/2024 a 19/01/2025**Objeto:** VEICULO TIPO CAMINHONETE/PICK-UP ADAPTAD O PARA VEICULOS DE INTERVENCAO RAPIDA.**Contrato nº 00011/2024****Última Atualização: 30/07/2024****Id contrato PNCP:** 46377800000127-2-001147/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 149.250,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 30/07/2024**Órgão:** SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA **Local:** Santo André/SP**Vigência:** de 17/07/2024 a 14/12/2024**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR**Contrato nº 09/2024R-1/2024****Última Atualização: 29/07/2024****Id contrato PNCP:** 46523031000128-2-000055/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 368.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 29/07/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPEVI **Local:** Itapevi/SP **Vigência:** de 19/07/2024 a 19/01/2025**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE/PICK-UP ADAPTADO PARA VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA

Contrato nº 99005/2024**Última Atualização: 25/07/2024****Id contrato PNCP:** 46377800000127-2-000944/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 272.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 25/07/2024**Órgão:** SAO PAULO SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA **Local:** Ribeirão Preto/SP**Vigência:** de 22/07/2024 a 10/12/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM 01 (UM) VEICULO ZERO QUILOMETRO - TIPO "PICK-UP" 4X4 - DIESEL - CABINE DUPLA, A SER UTILIZADA, COMO VIATURA OPERACIONAL (VO), PELO EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. DEFINE-SE A VIATURA OPERACIONAL (VO) COMO SENDO VIATURA DE APOIO ADMINISTRATIVO OU DE ATENDIMENTO NÃO EMERGENCIAL, DESTINADA AO TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGA, COM CAPACIDADE DE TRANSPORTE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES INCLUINDO O MOTORISTA E COM 04 (QUATRO) PORTAS LATERAIS E EQUIPADA ...

Contrato nº 99/2024**Última Atualização: 23/07/2024****Id contrato PNCP:** 45511847000179-2-000499/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 750.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 23/07/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ARACATUBA **Local:** Araçatuba/SP **Vigência:** de 11/07/2024 a 10/07/2025**Objeto:** Aquisição de veículo transformado tipo ambulância**Contrato nº 0096/24/2024****Última Atualização: 10/07/2024****Id contrato PNCP:** 01611211000123-2-000086/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 240.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 10/07/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE SANTA SALETE **Local:** Santa Salete/SP **Vigência:** de 10/07/2024 a 10/01/2025

Objeto: Aquisição de 05 (cinco) veículos automotores, zero km, sem uso, sendo: 03 (três) veículos de passeio tipo hatch, 01 (um) veículo utilitário tipo pick up e 01 (um) veículo especial tipo ambulância simples remoção, para atender a necessidade das Secretarias da Prefeitura Municipal de Santa Salete, os quais deverão observar os padrões de qualidade exigíveis bem como as demais condições e normas estabelecidas pelo mercado nacional.

Contrato nº 102/2024**Última Atualização: 26/06/2024****Id contrato PNCP:** 45787678000102-2-000154/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 129.680,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 26/06/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE VALINHOS **Local:** Valinhos/SP **Vigência:** de 13/06/2024 a 12/12/2027**Objeto:** VEICULO ADAPTADO - CORPO DE BOMBEIROS.**Contrato nº 92/2024****Última Atualização: 04/06/2024****Id contrato PNCP:** 46482840000139-2-000029/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 219.890,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 04/06/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE CARAGUATATUBA **Local:** Caraguatatuba/SP **Vigência:** de 28/05/2024 a 27/05/2025

Objeto: Aquisição de caminhonete 4x4 para assistência técnica e extensão rural aos aquicultores, em atendimento ao Convênio Federal nº 948381/2023

Contrato nº 9426/2023|019/2024-1/2024**Última Atualização: 23/05/2024****Id contrato PNCP:** 46634432000155-2-000036/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 360.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 23/05/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE CABREUVA **Local:** Cabreúva/SP **Vigência:** de 15/05/2024 a 14/05/2025**Objeto:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO SUV ADAPTADOS PARA A GUARDA MUNICIPAL**Contrato nº 57/2024****Última Atualização: 09/05/2024****Id contrato PNCP:** 46634291000170-2-000155/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 94.990,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 09/05/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE ITAPETININGA **Local:** Itapetininga/SP **Vigência:** de 07/05/2024 a 07/05/2025

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO PICK-UP PARA ATENDER DEMANDA DA EMENDA IMPOSITIVA N° 008/2024 - DE AUTORIA DO VEREADOR ANTONIO CARLOS MARCONI

Contrato nº 1180/2024|033/2024-1/2024**Última Atualização: 06/05/2024****Id contrato PNCP:** 45331196000135-2-000068/2024**Valor Global Contratado:** R\$ 97.000,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 06/05/2024**Órgão:** MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DE POSSE **Local:** Santo Antônio de Posse/SP**Vigência:** de 06/05/2024 a 05/05/2025**Objeto:** Transportes rodoviários**Contrato nº 0188/23/2023****Última Atualização: 28/11/2023****Id contrato PNCP:** 46634168000150-2-000009/2023**Valor Global Contratado:** R\$ 378.700,00**Modalidade da Contratação:** Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 28/11/2023**Órgão:** MUNICIPIO DE AVARE **Local:** Avaré/SP **Vigência:** de 06/11/2023 a 05/11/2024**Objeto:** SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA DE UM PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQ